

AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

CADERNO DE PROVA
LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

Prezado(a) Candidato(a),

1. Ao receber este caderno, confira se ele contém as questões objetivas com 70 (questões) itens, ordenados de 01 a 70, com alternativas de A a D; sendo apenas uma alternativa é correta. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao Fiscal de Sala as providências cabíveis.
2. Durante a prova não poderá ser utilizado nenhum material de consulta. Não se comunique com outros candidatos, não use chapéu, óculos escuros, relógio e nem se levante sem autorização do Fiscal de Sala.
3. O cartão-resposta deverá ser preenchido, pelo(a) candidato(a) com caneta esferográfica TRANSPARENTE de tinta azul ou preta, devendo cobrir inteiramente o espaço correspondente à alternativa escolhida. O cartão não poderá ser rasurado, dobrado ou amassado. Não haverá substituição de cartão-resposta.



4. A assinatura do(a) candidato(a) no cartão-resposta é necessária e fundamental para sua identificação e pontuação neste certame.
5. O(a) candidato(a) somente poderá entregar a prova depois de transcorrida, pelo menos, 1 (uma) hora de seu início. Após a entrega, o(a) mesmo(a) deverá retirar-se da sala e do local de prova, não podendo mais ir ao banheiro.
6. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas.
7. O(a) candidato(a) poderá levar o caderno de questões, SOMENTE, nos últimos 30 minutos de prova.
8. A avaliação da prova objetiva levará em consideração somente as respostas transferidas para o cartão-resposta.
9. Caberá recurso sobre o conteúdo da prova de acordo com cronograma e após a divulgação do gabarito, que estará disponível no site <https://funatec.org.br>

Boa prova a todos!

As questões 01 a 03 referem-se ao texto abaixo:

FIM DOS MANICÔMIOS JUDICIÁRIOS GERA POLÊMICAS SOBRE CONTINUIDADE DO TRATAMENTO

No Brasil, existem 32 Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP), os chamados manicômios judiciários, que abrigam uma população carcerária de 4,7 mil pessoas, incluindo os 1.987 que se enquadram nos critérios da absolvição imprópria, segundo o Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional, o Sindespen. A partir do ano que vem, todos esses detentos estarão soltos. A medida atende à Lei n. 10.216/2001, a chamada Lei Antimanicomial ou Lei da Reforma Psiquiátrica, aprovada pelo Congresso Nacional, e que prevê a extinção dos manicômios judiciários com regulamentação a ser feita pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em fevereiro deste ano, a ministra Rosa Weber, presidente do CNJ, assinou a Resolução N. 487 que estabelece a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e regulamenta questões vinculadas à Lei Antimanicomial. Entre outras medidas, dá prazo de um ano para a extinção dos HCTPs e determina que os internos nesses manicômios sejam libertados e tenham atendimento ambulatorial por equipe multiprofissional pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Para assegurar o tratamento psiquiátrico após a extinção dos manicômios judiciários, estarão à disposição entre outros instrumentos, segundo o que diz a resolução, no parágrafo II do Art. 2º, as “Redes de Atenção Psicossocial (Raps): rede composta por serviços e equipamentos variados de atenção à saúde mental, tais como os Centros de Atenção Psicossocial (Caps), os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), os Centros de Convivência e Cultura, as Unidades de Acolhimento (UAs) e os leitos de atenção integral (em Hospitais Gerais, nos Caps III), presentes na Atenção Básica de Saúde, na Atenção Psicossocial Estratégica, nas urgências, na Atenção Hospitalar Geral, na estratégia de desinstitucionalização, como as Residências Terapêuticas, o Programa de Volta para Casa (PVC) e estratégias de reabilitação psicossocial”.

O professor Márcio Ponzilacqua, da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP) da USP, especialista

em Emancipação Cidadã e Políticas Públicas em Países em Desenvolvimento, diz que os manicômios judiciários isolavam os pacientes e os tratamentos contavam com técnicas bastante abusivas no passado. “Um cenário que deu oportunidade para uma série de desmandos. As pessoas que lidam com os pacientes psiquiátricos entenderam que os manicômios não representam a forma adequada de integração dos indivíduos e nem de recuperação do seu quadro de saúde”, avalia.

Para o professor, não se trata apenas de concordar ou discordar da resolução, mas de dar regulamentação àquilo que já estava disposto na lei. “Agora, o que nós concordamos é que os manicômios não representavam uma política de reintegração social adequada e de um quadro de restabelecimento dos pacientes.”

O psicólogo Gabriel Arfeli fez uma análise da realidade carcerária nos hospitais de custódia como parte do projeto de estudo de mestrado na Unesp que teve como tema Os Manicômios Judiciários e a Psicopatía. Ele usou como base relatórios de inspeções do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) de 2014 e da pastoral carcerária de 2018. “Eles são muito categóricos em mostrar dados de como são instituições que no geral se assemelham muito aos hospícios do século 20 são instituições de tortura, né? Seja na sua existência seja no seu funcionamento. Acabam tendo um funcionamento que facilita muito a internação por meio da execução de exame de sanidade mental e dificulta muito a desinternação pelo exame de cessação de periculosidade. Inclusive eles mesmo mostram dados de como muitos sujeitos estão ali internados para além do tempo que teoricamente deveriam estar”, analisa.

Em nota pública no seu portal, o Cremesp pede a “revogação da Resolução do CNJ até que estudos qualificados sejam elaborados, debates plurais, técnicos e democráticos sejam empreendidos sobre o assunto”.

Segundo o Conselho, não é uma atitude salutar fechar locais especializados que recebem pacientes com transtornos mentais e os colocar em outros estabelecimentos com enfermos das mais diversas características. “Além de colocar em risco a

saúde e a segurança dos pacientes, esse modelo estende o prejuízo aos familiares e à população em geral, que fica à deriva em busca de assistência e tratamento de transtornos mentais adequados para quem precisa. A medida vai contra os interesses do próprio paciente que está nesse tipo de instituição.”

(Autoria: Ferraz Jr. Publicado em 10/07/2023. Disponível em <https://jornal.usp.br/atualidades/fim-dos-manicomios-judiciarios-gera-polemicas-sobre-continuidade-do-tratamento/>)

LINGUA PORTUGUESA

01. De acordo com o texto, qual é o impacto primordial da Resolução N. 487 assinada pela ministra Rosa Weber?

- a) Restringir a liberdade dos internos dos manicômios judiciários, promovendo maior segurança pública.
- b) Proporcionar a reintegração social dos internos dos manicômios judiciários e garantir tratamento ambulatorial pelo SUS.
- c) Reduzir a eficácia dos tratamentos psiquiátricos ao dispersar os pacientes em diversas instituições de saúde.
- d) Reforçar as políticas de internação compulsória e ampliar a capacidade dos manicômios judiciários.

02. Nos termos trazidos pelo texto, quais são as principais preocupações levantadas pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) em relação à Resolução do CNJ mencionada no texto?

- a) A falta de estudos sobre os efeitos a longo prazo da liberação dos internos dos manicômios judiciários.
- b) O risco de sobrecarga do sistema de saúde devido ao aumento repentino de pacientes buscando tratamento psiquiátrico.
- c) O desrespeito aos direitos humanos ao privar os pacientes de um ambiente controlado para seu tratamento.
- d) A possibilidade de desassistência aos pacientes com transtornos mentais ao serem transferidos para outras instituições.

03. De acordo com a análise do psicólogo Gabriel Arfeli, quais são algumas das principais falhas dos manicômios judiciários?

- a) A falta de recursos adequados para proporcionar tratamento eficaz aos pacientes.
- b) A ausência de medidas de segurança para proteger os pacientes e os profissionais de saúde.
- c) A facilidade de prolongamento da internação e a dificuldade na liberação dos pacientes.
- d) A falta de supervisão governamental para garantir a qualidade dos tratamentos oferecidos.

04. Assinale a alternativa que não contém erro ortográfico:

- a) O garçom derrubou a bandeija.
- b) Não acredito em superstição.
- c) O veículo estava muito rápido e o motorista não conseguiu freiar.
- d) Vou ter que reinterar a minha solicitação.

05. Marque a alternativa em que há correspondência correta da palavra com seu significado:

- a) Pândego – Triste.
- b) Precípua – Descartável.
- c) Inócuo – Perigoso.
- d) Deletério – Danoso.

06. Qual alternativa demonstra corretamente o uso apropriado do sinal indicativo de crase?

- a) A reunião será à partir das 15 horas, na sala de conferências.
- b) Ela foi à cidade luz para estudar moda.
- c) O restaurante funciona das 11h às 14h.
- d) Ele chegou à conclusão de que deveria mudar de estratégia.

07. Na frase "Se eu tivesse estudado mais, teria passado no exame", qual é o tempo e o modo verbal "tivesse estudado"?

- a) Pretérito perfeito do indicativo.
- b) Futuro do presente do indicativo.
- c) Pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo.
- d) Pretérito imperfeito do indicativo.

08. Assinale a alternativa que apresenta corretamente a classe de palavra destacada na seguinte frase: "Aquele poema representa um autêntico ENIGMA"?

- a) Advérbio de intensidade.
- b) Substantivo comum.
- c) Substantivo próprio.
- d) Adjetivo superlativo.

09. Analisando a frase "Três dias é pouco tempo para explorar a cidade", podemos dizer que:

- a) Não há erro de concordância verbal, já que, no caso do verbo SER, quando o sujeito for uma expressão numérica que dá ideia de conjunto, o verbo ficará no singular.
- b) Há erro de concordância verbal.
- c) Não há erro de concordância verbal, já que, o verbo SER sempre concorda com o sujeito.
- d) Há erro de concordância nominal.

10. Acerca do que dispõe o Manual de Redação da Presidência da República, podemos dizer corretamente que:

- a) Seu uso é alheio a certos parâmetros, já que é própria do Poder Público e não poderia sofrer limitações.
- b) A redação oficial é árida e contrária à evolução da língua.
- c) Pode-se dizer que redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige comunicações oficiais e atos legislativos e judiciários.
- d) A redação oficial tem como finalidade básica comunicar com objetividade e máxima clareza.

INFORMATICA

11. Assinale corretamente a aba do Word 365 que apresenta a função "Próxima Nota de Rodapé".

- a) Inserir
- b) Página Inicial
- c) Referências
- d) Arquivo

12. Assinale corretamente a aba do Word 365 que contém a função "Envelopes".

- a) Revisão
- b) Correspondências
- c) Layout
- d) Inserir

13. Assinale corretamente a assertiva que apresenta a aba do Word 365 que disponibiliza a função "Aumentar o Tamanho da Fonte".

- a) Desenhar
- b) Inserir
- c) Página Inicial
- d) Desing

14. Assinale corretamente o atalho utilizado para levar uma página diretamente para impressão.

- a) Ctrl + R
- b) Ctrl + T
- c) Ctrl + L
- d) Ctrl + P

15. Assinale corretamente o atalho utilizado para salvar a edição de um documento no Microsoft Office.

- a) Ctrl + E
- b) Ctrl + B
- c) Ctrl + T
- d) Ctrl + S

RACIOCINIO LOGICO E MATEMATICO

16. Assinale corretamente a quantidade de anagramas que possui a palavra PARALELOGRAMO.

- a) 129.729.600
- b) 134.881.200
- c) 119.481.400
- d) 104.554.500

17. A loja Vende Tudo irá sortear uma TV, os números disponíveis para o sorteio são de 1 a 100. Assinale a assertiva que apresenta a probabilidade de ser sorteado um divisor de 98.

- a) $\frac{2}{28}$
- b) $\frac{3}{50}$
- c) $\frac{4}{14}$
- d) $\frac{21}{28}$

18. Assinale a assertiva que apresenta de forma correta uma proposição lógica que caracteriza uma implicação.

- a) Ele correu muito e não chegou em primeiro.
- b) Se você beber bastante água, então ficará hidratado.
- c) Ou você brinca ou você estuda.
- d) Ler é uma ótima diversão.

19. Se $(Z + Q = 132)$ e $(\frac{Z}{2} = 22)$, assinale a assertiva que apresenta a oitava parte do quociente de $(\frac{Q}{Z})$.

- a) 0,80.
- b) 1,50.
- c) 0,50.
- d) 0,25.

20. Observe a seguinte sequência de letras.
(BRASILBRASILBRASILBRASIL ... BRASIL ...)

Assinale a assertiva que apresenta corretamente a letra que ocupará a posição nº 100.101 dessa sequência.

- a) A
- b) B
- c) S
- d) L

LEGISLAÇÃO E ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO

21. Segundo o Decreto nº 7.724/2012, se caracteriza como documento formal utilizado como fundamento da tomada de decisão ou de ato administrativo, a exemplo de pareceres e notas técnicas:

- a) Documento de Autenticidade.
- b) Documento Preparatório.
- c) Documento de Primariedade.
- d) Documento de Disponibilidade.

22. Conforme o Decreto nº 7.724/2012, informação atualizada:

- a) Informação que reúne os dados mais recentes sobre o tema, de acordo com sua natureza, com os prazos previstos em normas específicas ou conforme a periodicidade estabelecida nos sistemas informatizados que a organizam.

- b) Qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
- c) Informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
- d) Informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

23. Indique dentre as alternativas abaixo quem não se sujeita ao Decreto nº 7.724/2012:

- a) Informações relativas à atividade empresarial obtidas pelo Banco Central.
- b) Informações relativas à atividade de empresas públicas.
- c) Informações relativas à atividade de Sociedade de Economia Mista.
- d) Informações relativas à atividade controlada pela União.

24. Sobre o pedido de Acesso à Informação, podemos dizer que:

- a) Apenas pessoas jurídicas poderão formular pedido de Acesso à informação.
- b) O pedido será apresentado em formulário padrão, por meio de sistema eletrônico específico ou presencial no SIC dos órgãos e das entidades.
- c) O prazo de resposta será contado a partir da homologação do pedido.
- d) É obrigatório o recebimento de pedidos de acesso à informação pelos órgãos e entidades.

25. Sobre a motivação e decisão, elencada no Decreto nº 9.830/2019 podemos dizer que:

- a) A decisão deverá ser motivada com a contextualização dos fatos.
- b) A motivação da decisão conterá os seus fundamentos e apresentará a incongruência entre as normas e os fatos que a embasaram, de forma argumentativa.
- c) A motivação indicará as normas, a interpretação jurídica, a jurisprudência ou a doutrina que a embasaram.
- d) A motivação deverá ser constituída por declaração de concordância com o conteúdo de notas técnicas, pareceres, informações, decisões ou propostas que precederam a decisão.

26. Sobre a responsabilização do Agente Público: De acordo com o Art. 12, § 1º, o que caracteriza o erro grosseiro do agente público:

- a) Erro cometido de forma deliberada e premeditada.
- b) Erro praticado com leve negligência.
- c) Erro manifesto, evidente e inescusável, com culpa grave.
- d) Erro justificável e compreensível de acordo com as circunstâncias.

27. O que o § 3º do Art. 12 estabelece sobre a responsabilização do agente público:

- a) O simples nexos de causalidade implica automaticamente a responsabilização do agente.
- b) A responsabilização ocorre apenas se o agente cometer dolo ou erro grosseiro.
- c) O dano ao erário, independentemente de outras circunstâncias, implica a responsabilização do agente.
- d) A complexidade da matéria não é considerada em casos de responsabilização.

28. No tocante a Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (Processo administrativo), relacionado aos direitos dos administrados, o administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:

- a) Ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que poderão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações.
- b) Ser cientificado da tramitação dos processos administrativos, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas.
- c) Formular alegações e apresentar documentos depois da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
- d) Fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.

29. São deveres do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo, por exceção:

- a) Expor os fatos.
- b) Proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.
- c) Não agir de modo temerário.
- d) Prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

30. São legitimados como interessados no processo administrativo:

- a) Pessoas físicas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação.
- b) Aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada.
- c) As organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses individuais.
- d) As pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses concentrados.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

31. Qual dos seguintes não é um direito individual previsto na Constituição Brasileira:

- a) Direito à vida.
- b) Direito à igualdade.
- c) Direito à segurança.
- d) Direito de greve.

32. Quando o Brasil assina e ratifica um tratado que prevê direitos aos indivíduos, o que acontece com essas disposições:

- a) Elas são automaticamente aplicadas no ordenamento jurídico brasileiro.
- b) Elas são aplicadas apenas aos estrangeiros residentes no Brasil.
- c) Elas são aplicadas somente aos trabalhadores.
- d) Elas não têm efeito legal no Brasil.

33. Quais são os requisitos para a naturalização especial no Brasil:

- a) Residência ininterrupta no Brasil por 4 anos e boa conduta.
- b) Residência ininterrupta no Brasil por 15 anos e capacidade civil.
- c) Residência ininterrupta no Brasil por 4 anos, conhecimento de português e saúde.
- d) Residência ininterrupta no Brasil por 15 anos e idoneidade moral.

34. Qual dos seguintes direitos é considerado fundamental e está previsto no artigo 5º, XV da Constituição Federal:

- a) Liberdade de expressão.
- b) Direito à propriedade.
- c) Direito à privacidade.
- d) Liberdade de locomoção.

35. Qual instrumento jurídico é utilizado para proteger a liberdade de locomoção, conforme previsto no artigo 5º, LXVIII da Constituição Federal:

- a) Mandado de segurança.
- b) Habeas corpus.
- c) Ação popular.
- d) Ação civil pública.

36. O movimento constitucionalista moderno surgiu no final do século XVIII com o objetivo de:

- a) Expandir os poderes do Estado Absolutista.
- b) Limitar o poder estatal absoluto.
- c) Criar um sistema de governo autocrático.
- d) Abolir a separação dos poderes.

37. Qual é o objetivo geral do Manual de Disposições Gerais para servidores públicos:

- a) Orientar sobre a aposentadoria.
- b) Direcionar e orientar os servidores em relação aos processos relacionados ao ingresso no serviço público.
- c) Estabelecer regras de promoção.
- d) Definir os deveres dos servidores.

38. Qual é a responsabilidade da administração pública em relação aos servidores:

- a) Garantir o direito à greve.
- b) Assegurar o pagamento de benefícios.
- c) Garantir que os servidores sejam julgados aptos física e mentalmente para o exercício do cargo.
- d) Definir os critérios de promoção.

39. O que o regime jurídico estabelece para os servidores públicos civis:

- a) Regras de aposentadoria.
- b) Direitos de férias.
- c) Prazo para o servidor empossado em cargo.
- d) Critérios de promoção.

40. Por que o estudo da administração pública é importante em relação aos servidores públicos:

- a) Para definir os salários dos servidores.
- b) Para abordar aspectos relacionados ao Direito Penal.
- c) Porque abrange aspectos tanto do Direito Administrativo quanto do Direito Constitucional.
- d) Para estabelecer regras de aposentadoria.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. Conforme Decreto nº 90.922/1985 regulamenta a Lei nº 5.524/1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial, prestar assistência técnica e assessoria no estudo de viabilidade e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos de vistoria, perícia, avaliação, arbitramento e consultoria, exercendo, dentre outras, as seguintes atividades:

- a) Coleta de dados de natureza empírica.
- b) Desenho geral e da representação gráfica de cálculos.
- c) Execução de orçamento de materiais, instalações e mão-de-obra.
- d) Detalhamento de programas de trabalho, observando normas técnicas e de segurança.

42. Quantos membros compõem a Diretoria Executiva dos conselhos federais de acordo com o Art. 6º da Lei nº 13.639/2018 (cria o Conselho Federal e Regionais dos Técnicos Industriais):

- a) 3 membros.
- b) 4 membros.
- c) 5 membros.
- d) 6 membros.

43. Como são eleitos os membros da Diretoria Executiva dos conselhos federais de acordo com o § 1º do Art. 6º da Lei nº 13.639/2018 (cria o Conselho Federal e Regionais dos Técnicos Industriais):

- a) Por indicação direta dos governantes locais.
- b) Por votação direta e secreta dos profissionais aptos a votar.
- c) Por nomeação do Presidente da República.
- d) Por sorteio entre os profissionais registrados nos conselhos.

44. Qual é o número mínimo de conselheiros federais no Plenário dos conselhos federais, de acordo com o Art. 7º da Lei nº 13.639/2018 (cria o Conselho Federal e Regionais dos Técnicos Industriais):

- a) 10 conselheiros.
 - b) 12 conselheiros.
 - c) 15 conselheiros.
 - d) 20 conselheiros.
-

45. Quais são os cargos que compõem a Diretoria Executiva dos conselhos regionais de acordo com o Art. 10, inciso I ao V, da Lei nº 13.639/2018 (cria o Conselho Federal e Regionais dos Técnicos Industriais):

- a) Presidente, Vice-Presidente, Diretor de Normas e Diretor de Fiscalização.
 - b) Presidente, Vice-Presidente, Diretor Técnico e Diretor Financeiro.
 - c) Presidente, Vice-Presidente, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro e Diretor de Fiscalização e Normas.
 - d) Presidente, Secretário, Tesoureiro e Diretor de Eventos.
-

46. Indique o momento em que, nas modalidades da Lei 8.666/93, não é mais possível desistir da proposta:

- a) Após a apresentação da proposta.
 - b) Após o julgamento das propostas.
 - c) Após a fase de habilitação.
 - d) Após a abertura das propostas.
-

47. O que caracteriza um "motivo justo" para a desistência da proposta, segundo o art. 43 da Lei 8.666/93:

- a) Qualquer motivo que o licitante julgar relevante.
 - b) Um motivo imprevisível no momento da elaboração da proposta e sobre o qual o licitante não tinha controle.
 - c) Um motivo que possa garantir vantagem competitiva ao licitante.
 - d) Um motivo que justifique uma oferta de preço inexequível.
-

48. Quais são as possíveis consequências para um licitante que não honra a proposta apresentada:

- a) Multa prevista apenas no edital.
 - b) Descrédenciamento do Sicaf.
 - c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar.
 - d) Advertência verbal.
-

49. O que a Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/21) estabelece sobre a desistência da proposta durante o processo licitatório:

- a) Fixa um momento específico para a desistência da proposta.
 - b) Permite a desistência da proposta apenas após a abertura das propostas.
 - c) Permite a desistência da proposta em qualquer fase da licitação, desde que haja motivo justificado.
 - d) Proíbe a desistência da proposta em qualquer circunstância.
-

50. Sobre a Dispensa de Licitação. Quando ocorre a dispensa de licitação:

- a) Em qualquer situação excepcional.
 - b) Quando a competição é impossível.
 - c) Quando a licitação seria viável, mas a Administração Pública opta por não realizá-la.
 - d) Sempre que a competição for inviável.
-

51. Sobre a Inexigibilidade de Licitação. O que caracteriza a inexigibilidade de licitação:

- a) A compra direta é realizada por impossibilidade de execução usual do processo.
 - b) A competição é inviável.
 - c) A Administração Pública opta por não realizar o processo licitatório.
 - d) A licitação ocorre em situações específicas.
-

52. Hipóteses de Dispensa. Indique, dentre as alternativas, a hipótese em que não poderá haver dispensa de licitação:

- a) Para aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros exclusivos de um produtor.
 - b) Em casos de emergência ou calamidade pública.
 - c) Para contratação de profissionais de notória especialização.
 - d) contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas
-

53. Hipóteses de Inexigibilidade. Quais são exemplos de hipóteses de exigibilidade de licitação:

- a) Contratação de serviços técnicos de natureza singular.
- b) Aquisição de materiais exclusivos de um representante comercial.
- c) Contratação de profissionais consagrados pela crítica especializada.
- d) produto manufaturado nacional

54. Qual é a diferença entre dispensa e inexigibilidade de licitação:

- a) Na dispensa, a competição é inviável, enquanto na inexigibilidade a licitação seria viável, mas a Administração opta por não realizá-la.
- b) Na dispensa, a competição é possível, mas a Administração opta por não realizar o processo licitatório; na inexigibilidade, a competição é inviável.
- c) Na dispensa, a competição é sempre inviável; na inexigibilidade, a competição seria viável, mas a Administração opta por não realizá-la.
- d) Dispensa e inexigibilidade são termos intercambiáveis e têm o mesmo significado.

55. De acordo com o art. 25 da Lei 8.666/93, quais são as hipóteses de inexigibilidade de licitação:

- a) Aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros exclusivos; contratação de serviços técnicos de qualquer natureza; intervenção no domínio econômico para regular preços.
- b) Aquisição de produtos com marcas exclusivas; contratação de serviços de publicidade e divulgação; contratação de artistas renomados.
- c) Aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros exclusivos; contratação de serviços técnicos de natureza singular; contratação de artistas renomados.
- d) Contratação de serviços técnicos de natureza singular; contratação de artistas renomados; aquisição de produtos com marcas exclusivas.

56. Quais são os casos em que a Lei 8.666/93 prevê a dispensa de licitação:

- a) Aquisição de materiais até 5% do valor da carta convite; intervenção no domínio econômico para

regular preços; compra de imóvel para atender às necessidades da administração.

- b) Aquisição de materiais até 10% do valor da carta convite; compra de imóvel para atender às necessidades da administração; contratação de obras em caso de emergência.
- c) Aquisição de produtos com preços manifestamente superiores aos praticados no mercado; compra de imóvel para atender às necessidades da administração; contratação de artistas renomados.
- d) Intervenção no domínio econômico para regular preços; compra de imóvel para atender às necessidades da administração; contratação de profissionais de notória especialização.

57. O que caracteriza o poder administrativo vinculado:

- a) A administração pública possui ampla margem de liberdade para agir.
- b) O agente público deve agir exatamente conforme determinado pela lei.
- c) O agente público pode agir de acordo com sua própria interpretação da lei.
- d) O agente público pode negociar com os cidadãos para decidir a aplicação da lei.

58. Qual das seguintes expressões indica a presença de poder discricionário:

- a) "Deve-se aplicar a penalidade conforme estabelecido na lei."
- b) "A juízo da autoridade competente, poderá ser aplicada uma multa."
- c) "A multa será aplicada sem margem para variação."
- d) "Os valores das multas serão determinados de acordo com o entendimento do agente público."

59. O que caracteriza o poder administrativo regulamentar/normativo:

- a) A possibilidade de inovar no ordenamento jurídico.
- b) A prerrogativa de editar atos gerais para complementar as leis.
- c) A capacidade de modificar as leis a critério da administração.
- d) A permissão para revogar completamente as leis existentes.

60. Em que situação o Chefe do Poder Executivo pode inovar no ordenamento jurídico com um decreto autônomo:

- a) Na organização e funcionamento da administração federal.
- b) Na criação ou extinção de órgãos públicos.
- c) Na determinação de novos tributos.
- d) Na modificação das leis vigentes.

61. Quais são as características do poder de polícia:

- a) Arbitrariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade.
- b) Vinculação, autoexecutoriedade e discricionariedade.
- c) Discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade.
- d) Normatividade, autoexecutoriedade e coercibilidade.

62. Qual é uma característica das entidades da administração indireta?

- a) Estão sujeitas diretamente ao controle hierárquico dos entes federativos.
- b) Têm autonomia administrativa e financeira garantida pela Constituição.
- c) Não estão sujeitas a controle e fiscalização do Estado.
- d) Possuem CNPJ vinculado ao CNPJ da entidade da administração direta.

63. Qual das seguintes afirmativas sobre autarquias está correta:

- a) Têm personalidade jurídica de direito privado.
- b) São desprovidas de autonomia administrativa e financeira.
- c) Sua atividade fim não precisa ser de interesse público.
- d) Exercem suas atividades sob controle direto do Estado.

64. O que caracteriza as fundações públicas:

- a) Têm fins lucrativos e são criadas por autorização legal.
- b) Podem ser entidades de direito público ou privado.
- c) Estão sujeitas exclusivamente ao controle do Estado.
- d) Possuem capital misto composto por recursos públicos e privados.

65. Qual é uma característica das empresas públicas:

- a) São entidades de direito público.
- b) Prestam serviço de interesse privado.
- c) Seu capital é exclusivamente privado.
- d) São criadas sob forma de sociedade anônima.

66. O que é descentralização na Administração Pública:

- a) Prestação de serviços por um único ente da federação.
- b) Repasse de competências e titularidade por meio de lei.
- c) Execução das atividades por órgãos submetidos a uma hierarquia.
- d) Realização das atividades por meio de outra personalidade jurídica.

67. Qual princípio da Administração Pública exige que os atos sejam praticados considerando o interesse público, e não os interesses pessoais do agente ou de terceiros:

- a) Legalidade
- b) Impessoalidade
- c) Moralidade
- d) Eficiência

68. Em qual princípio se baseia a obrigatoriedade de a Administração dar transparência aos seus atos para permitir o controle da legalidade e da moralidade:

- a) Legalidade
- b) Impessoalidade
- c) Publicidade
- d) Eficiência

69. O que o princípio da Legalidade estabelece sobre a atuação da Administração Pública:

- a) Deve agir considerando apenas a lei em sentido estrito.
- b) Deve priorizar os interesses pessoais dos agentes públicos.
- c) Deve observar também os princípios da Legalidade e da Moralidade.
- d) Permite a atuação arbitrária, desde que em benefício da coletividade.

70. Qual é a modalidade de licitação obrigatória para a contratação de bens ou serviços comuns (exceto os de engenharia):

- a) Concorrência.
- b) Tomada de Preços.
- c) Pregão.
- d) Leilão.